

MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS BRASILEIROS DE NATAÇÃO PARALÍMPICA

MAPEO DE PROGRAMAS DE NATACIÓN PARALÍMPICA BRASILEÑA

MAPPING BRAZILIAN PARALYMPIC SWIMMING PROGRAMS

Bruna Bredariol*
brunabredariol@gmail.com

Marcelo Moreira Antunes**
antunesmm@gmail.com

José Júlio Gavião de Almeida*
gaviao@campinas.br

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

** Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

O estudo teve como objetivo mapear os programas brasileiros de natação paralímpica participantes das competições regionais, estaduais e nacionais da modalidade. Para isso, foi realizada, primeiramente, uma pesquisa exploratória com caráter documental, na qual foram levantadas as instituições brasileiras que trabalham com o esporte paralímpico, a partir de documentos oficiais das principais competições regionais, estaduais e nacionais de natação para pessoas com deficiência e das confederações esportivas de esporte paralímpico. Em seguida foi feito contato telefônico com as instituições encontradas para identificar as que possuíam um programa ativo de natação paralímpica. Após a finalização da coleta, os dados foram analisados de forma quantitativa e descritiva. Os resultados do estudo mostram que 48% das instituições que promovem o esporte para pessoas com deficiência oferecem a natação paralímpica. Além disso, existe uma grande diferença entre a distribuição dos programas dentro das regiões brasileiras, sendo que a região Sudeste concentra 52% do número total de iniciativas encontradas. O estudo mostra os locais que ainda necessitam de atenção em relação ao oferecimento da natação paralímpica, utilizando, ainda, uma metodologia que pode ser aplicada para analisar outras modalidades adaptadas.

PALAVRAS-CHAVE: Esporte Paralímpico. Natação. Pessoas com Deficiência. Gestão Esportiva.

Resumen

El propósito del estudio es mapear los programas de natación paralímpica brasileña que participan en las competiciones del deporte. Para ello, se llevó a cabo una investigación exploratoria con carácter documental, en la que se encuestó a las instituciones brasileñas que trabajan con el deporte paralímpico, con base en documentos oficiales de las principales competencias regionales, estatales y nacionales de natación para personas con discapacidad y confederaciones deportivas de los deportes paralímpicos. Luego, se estableció contacto telefónico con las instituciones encontradas para identificar aquellas que tenían un programa activo de natación paralímpica. Después de la recolección, los datos se analizaron de manera descriptiva y cuantitativa. Los resultados muestran

que 48% de las instituciones que promueven el deporte para personas con discapacidad ofrecen la natación paralímpica. Además, existe una gran diferencia entre la distribución de programas dentro de las regiones brasileñas, ya que la región sudeste concentra 52% del número total de iniciativas encontradas. El estudio muestra los lugares que aún necesitan atención con relación a la oferta de natación paralímpica, además de utilizar, aún, una metodología que se puede aplicar para analizar otras modalidades adaptadas.

PALABRAS CLAVE: Deporte Paralímpico. Natación. Personas con Discapacidad. Director Deportivo.

Abstract

The study aimed to map the Brazilian Paralympic swimming programs participating in the national and state competitions of the sport. An exploratory research with a documentary character was carried out, in which Brazilian institutions that work with Paralympic sport were surveyed, based on official documents of the main regional, state and national swimming competitions for people with disabilities and sports confederations of Paralympic sport. Then, telephone contact was made with the institutions found to identify those that had an active Paralympic swimming program. After collection, the data were analyzed in a descriptive quantitative manner. The results show that 48% of the institutions that promote sport for people with disabilities offer Paralympic swimming. In addition, there is a big difference between the distribution of programs within Brazilian regions, with the Southeast region concentrating 52% of the total number of initiatives found. The study shows the places that still need attention in relation to the offer of Paralympic swimming, besides using, still, a methodology that can be applied to analyze other adapted modalities.

KEYWORDS: Paralympic Sport; Swimming; Disabled People; Sports Management.

1. Introdução

A prática de natação pelas pessoas com deficiência, assim como de outras atividades esportivas, vem se desenvolvendo ao longo dos anos, principalmente a partir de 1995, estando este desenvolvimento atrelado a alguns fatores, como por exemplo a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no ano citado, o qual foi responsável por uma maior organização do esporte paralímpico nacional (ABRANTES, 2012). Pode-se destacar também a importância do processo histórico vivenciado pela população com deficiência, desde o fim da Segunda Grande Guerra, que resultou no desenvolvimento da compreensão e dos conceitos atuais que temos sobre ela. Em relação ao conceito de pessoas com deficiência, sua versão mais recente e atualizada foi instituída em 2015, através do Estatuto da Pessoa com Deficiência, demonstrando que o processo de desenvolvimento ainda é muito recente e está em constante transformação. De acordo com o documento (2015, p.8-9):

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de

condições com as demais pessoas.

Para Aranha (2001), ignorar o processo histórico que levou ao entendimento que temos hoje da deficiência implica na perda de compreensão de seu sentido e significado.

Dessa forma, considera-se que o conceito atual, assim como as demais questões que permeiam a deficiência, precisou passar por processos de construção ao longo dos anos, de forma a influenciar, em cada momento histórico, a forma de tratamento da pessoa com deficiência e a organização da sociedade para conviver com estas diferenças (ARANHA, 2001).

Todos esses anos de luta nos trouxeram a um contexto histórico no qual parte da sociedade tenta se organizar para incluir a pessoa com deficiência, seja a partir do desenvolvimento de estatutos específicos, de prever os seus direitos legais ou pela promoção de programas que melhor atendam esta população. A partir do desenvolvimento dessa visão da sociedade sobre a deficiência, que outros fatores se tornam possíveis de serem também desenvolvidos, na tentativa de atender a população com deficiência como parte de uma sociedade com características diversificadas. Entretanto, ainda é necessário investigar como essas políticas esportivas podem ser moldadas, através de uma abordagem diferente e que englobe também o contexto do paradesporto (HUTZLER et al. 2016, PATATAS; BOSSCHER; LEGG, 2018).

Outro fator que pode ser considerado como influenciador no desenvolvimento da prática de natação pelas pessoas com deficiência, são os estudos publicados que demonstram seus efeitos para esta população e desenvolvem novas propostas para o ensino-aprendizagem da natação para as diferentes deficiências (TOLOI, 2011; TOP, 2015; VASCAKOVA; KUDLACEK; BARRETT, 2015; STORCH et al., 2016). Estes estudos contribuem para potencializar a divulgação desta possibilidade de prática e para a construção de conteúdos teóricos e práticos que podem ser utilizados por outros profissionais dentro de novos ambientes. Em conjunto com as pesquisas na área, os recursos midiáticos (como televisão e redes sociais) também contribuem para um crescimento da prática do esporte adaptado, de forma a tornarem públicas as suas possibilidades.

Além disso, muitos eventos esportivos voltados à pessoa com deficiência (competições regionais, estaduais e nacionais) vêm sendo criados nos últimos anos pelas entidades esportivas de gestão do esporte paralímpico no Brasil (CPB e confederações), aumentando as oportunidades de atuação no esporte de alto rendimento. Algumas Federações Estaduais de esportes aquáticos, por exemplo, percebendo a necessidade de maior oferecimento de competições nessa área, adicionaram aos seus calendários anuais, eventos de natação exclusivos para as pessoas com deficiência. Este é o caso da Federação Aquática Paulista (FAP), que criou, no ano de 2017, três campeonatos de natação paralímpica que são oferecidos anualmente pela entidade (FAP, 2018).

Os fatores citados acima influenciam, direta e/ou indiretamente, o crescimento da prática de natação pela população com deficiência, seja através do aumento do número de praticantes e participantes dentro das competições, ou pelo crescente número de oportunidades de atuação esportiva que surgem a cada ano no país. Entretanto, este constante desenvolvimento não se dá de forma equânime no que tange a sua distribuição geográfica, ocasionando uma falsa percepção de amplitude da oferta e de democratização da prática da modalidade. Isto também se discute dentro dos estudos na área, já que a prática esportiva voltada para a população com deficiência vem ganhando um maior reconhecimento social e conquistando seu espaço dentro das ciências do esporte. Mas os estudos ainda são considerados escassos (NASCIMENTO *et al.*, 2019).

Portanto, por mais que a sua visibilidade seja grande no ambiente esportivo de alto rendimento, não existe um acompanhamento do crescimento de sua oferta em diferentes cenários, assim como são raras as avaliações das iniciativas já existentes no Brasil e que visam o incentivo ao esporte adaptado dentro do país (ANDRADE; ALMEIDA, 2012; PEREIRA, 2014; PANCOTTO, 2017; REIS; MEZZADRI; SILVA, 2017; SILVA; SILVA; SAMPAIO, 2018). Desse modo, um mapeamento dos programas de natação de alto rendimento para pessoas com deficiência existentes pode contribuir para a obtenção de dados sobre onde estão se desenvolvendo, sua distribuição dentro do território brasileiro, as diferenças entre as regiões e Estados do Brasil e, também, de onde a prática ainda não existe ou está pouco desenvolvida. Através desses dados, pode-se identificar as reais condições de sua oferta e propor novas iniciativas, atendendo as demandas locais, sejam estas em nível de Legislação ou do fomento da prática da natação pelas associações e federações que administram o esporte para as pessoas com deficiência. Sendo assim, os dados deste estudo, demonstrando um panorama da localização dos programas brasileiros de natação paralímpica, podem contribuir para a implementação de ações mais efetivas nesta área e incentivar o desenvolvimento de estudos mais aprofundados na área de gestão dos esportes paralímpicos no Brasil.

Com base nas considerações expostas, o objetivo do estudo é mapear os programas brasileiros de natação paralímpica que participaram das competições regionais, estaduais e nacionais da modalidade no período do estudo (de janeiro de 2017 a julho de 2018), de forma a demonstrar sua distribuição geográfica no território brasileiro e fornecer indicadores para o desenvolvimento de programas de natação paralímpica e de políticas públicas de apoio e incentivo ao esporte para pessoas com deficiência.

2. Métodos

O estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória com caráter documental e quantitativo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), com a finalidade de aumentar a familiaridade dos pesquisadores com

o objeto de estudo.

A população foi composta por 380 entidades esportivas, com localização no território brasileiro, que participaram de competições de natação paralímpica ou que estavam vinculadas a confederações de esporte paralímpico dentro do período de coleta de dados. Os participantes foram selecionados de forma proposital, de acordo com critérios de inclusão e exclusão predeterminados pelos pesquisadores e que fossem relevantes para o objetivo da pesquisa, de forma que pudessem trazer informações fidedignas à questão da existência ou não de um projeto ativo de natação para pessoas com deficiência. Sendo assim, os critérios de inclusão no estudo para os programas esportivos foram: 1- Estar localizado dentro do território brasileiro; 2- Ter envolvimento com o esporte adaptado; 3- Estar participando de competições de natação paralímpica e/ou estar vinculado a confederações de esporte paralímpico. Foram excluídas do estudo as instituições que: 1- Trabalham com pessoas com deficiência, mas que não possuem programas esportivos; 2- Utilizam a natação apenas com o objetivo de reabilitação; 3- Trabalham especificamente com outra modalidade paradesportiva que não a natação.

Para o cumprimento do objetivo proposto, o estudo foi executado em duas fases distintas. A primeira fase consistiu em uma análise documental, que se baseia, em sua essência, na análise de documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015). Para essa análise foram utilizados documentos disponíveis em sites oficiais das federações estaduais de natação e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), quais sejam: Resultados Oficiais e Lista Inicial de Inscrições de eventos realizados. Também foi utilizado o banco de cadastro de instituições nestes órgãos. Também foram consultados sites oficiais de Associações e Confederações de esporte para pessoas com deficiência – como a ANDE (Associação Nacional de Desporto para Deficientes, a CBDV (Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais) e a Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA) - a fim de verificar o banco de instituições cadastradas.

Dessa forma, fizeram parte da busca inicial as instituições brasileiras que oferecem programas de natação paralímpica, que tivessem participado de eventos competitivos regionais, estaduais e nacionais da modalidade ou que estivessem cadastradas em confederações voltadas ao esporte adaptado no período de janeiro de 2017 a julho de 2018. Vale ressaltar que este período se circunscreve ao cronograma de pesquisa realizado na Pós-graduação, durante o curso de Doutorado.

Nessa ação, foram obtidos os seguintes dados referentes às instituições encontradas: nome da instituição; nome do responsável; telefone e e-mail para contato; e endereço. Todos estes dados foram arquivados em Planilha do Excel para posterior análise.

A segunda fase da pesquisa consistiu em uma entrevista por telefone com os responsáveis pelas instituições encontradas (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012). Sendo assim, após a coleta de dados preliminar, foram realizadas tentativas de contato via telefone com cada uma das instituições encontradas, a fim de questionar sobre a existência ou não de um programa de natação paralímpica no local. Foram utilizados os seguintes procedimentos, para obter um maior número de respostas nas ligações, considerando as dificuldades apontadas por Thomas, Nelson e Silverman (2012): 1- Máximo de 5 tentativas por contato; 2- Tentativas realizadas em diferentes horários (manhã e tarde), considerando que a instituição poderia funcionar em determinados períodos do dia; 3- Tentativas realizadas em diferentes dias da semana, considerando que a instituição poderia não funcionar todos os dias úteis; 4- Retorno em dia e horário específicos, caso o responsável não estivesse presente no momento do contato. Todas as tentativas de contato ocorreram dentro do período de agosto de 2018 a janeiro de 2019.

Os dados coletados referentes ao levantamento dos programas e respostas ao oferecimento da natação paralímpica, foram inseridos em uma planilha Excel e analisados de forma descritiva (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

Atendendo as determinações das Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 o estudo foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e teve aprovação em 13 de julho de 2017, com o parecer número 2.170.849.

3. Resultados e Discussão

Foram encontradas, inicialmente, as seguintes competições de natação que estavam sendo oferecidas pelo CPB e pelas Federações Estaduais, exclusivamente para a população com deficiência dentro do período estudado (janeiro de 2017 a julho de 2018) como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1. Competições de natação paralímpica realizadas no período estudado

Entidade	Competição	Ano de Realização
Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Norte-Nordeste em Recife	2017
	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Centro-Leste em Brasília	2017
	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Rio-Sul no Rio de Janeiro	2017

	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional São Paulo	2017
	Duas etapas nacionais do Circuito Loterias Caixa (São Paulo)	2017
	Campeonato Brasileiro (São Paulo)	2017
	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Norte-Nordeste em Aracaju	2018
	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Centro-Leste em Goiânia	2018
	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Rio-Sul em Porto Alegre	2018
	Circuito Loterias Caixa – Fase Regional São Paulo	2018
	Uma etapa nacional do Circuito Loterias Caixa (São Paulo)	2018
Federação Cearense de Desportos Aquáticos (FCDA)	IX Meeting Cearense de Paranação em Fortaleza	2017
Federação Aquática Paulista (FAP)	Troféu Daniel Dias em São Caetano do Sul (SP)	2017
	Open Paulista de Paranação em Bauru (SP)	2017
	Troféu Fabiana Sugimori em São Paulo	2017
	Troféu Daniel Dias em Bauru (SP)	2018

Na tentativa de maior abrangência do levantamento, também foram encontrados cadastros e documentos de algumas Associações e Confederações de Esporte para a pessoa com deficiência, como: Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV); Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE); Associação Brasileira de Desporto de Deficientes Mentais (ABDEM); e Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA). Vale destacar que, apesar de oferecerem prática de esporte adaptado para seu público, estas instituições não organizaram competições de paranação dentro do período estudado.

Quando observamos os dados relacionados às competições oferecidas pelo CPB, podemos perceber uma preocupação em oferecer etapas regionais em todas as regiões brasileiras, sendo que das sete

etapas do Circuito Loterias Caixa (competição oferecida pelo CPB com patrocínio das Loterias Caixa), quatro delas são realizadas nas diferentes regiões brasileiras anualmente. As outras três etapas, mesmo sendo realizadas no Estado de São Paulo, permitem a participação de todos os Estados brasileiros, pois são consideradas etapas nacionais. Com isso, o CPB tem como objetivo desenvolver a modalidade paralímpica em todos os municípios e estados brasileiros, além de melhorar o nível técnico da mesma e dar oportunidades para o surgimento de novos atletas no país (CPB, 2018).

Outro ponto a ser observado é o não oferecimento de competições esportivas de natação paralímpica pela grande maioria das Federações Estaduais da modalidade convencional. Dessa forma, das 27 Federações existentes no país, apenas duas oferecem eventos de natação para pessoas com deficiência (FAP e FCDA), como demonstrado no Quadro 1. Isso se deve, principalmente, ao atual formato de gestão da natação paralímpica no Brasil, que é organizada pelo próprio CPB, sendo este, o responsável pela promoção de eventos dessa modalidade.

Entretanto, ainda são poucos os eventos em que as pessoas com deficiência podem participar dentro de um calendário anual, sobretudo quando consideramos os atletas iniciantes. Em regiões onde as Federações não promovem eventos da modalidade, os atletas iniciantes (que não possuem marcas suficientes para a classificação em uma etapa nacional), participam apenas de um evento no ano. E é a partir dessa necessidade que algumas das Federações Estaduais estão abrangendo também a modalidade paralímpica em seu calendário anual, de forma a representarem os Estados com maior oferecimento de competições de natação (São Paulo e Ceará).

O Quadro abaixo demonstra os resultados após a finalização da análise dos documentos encontrados e levantamento dos programas esportivos para pessoas com deficiência existentes no Brasil.

Quadro 2. Quantidade de programas esportivos encontrados após a análise documental

Entidade	Documentos	Quantidade de Programas
Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE)	Lista de Entidades Filiadas	30
Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV)	Lista de Entidades Filiadas	62
Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA)	Lista de Entidades Associadas	37
Comitê Paralímpico Brasileiro	Lista de Inscrições do Circuito Loterias Caixa – Fase Regional	28

(CPB)	Norte-Nordeste – Recife - 2017	
	Lista de Inscrições do Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Centro-Leste – Brasília - 2017	20
	Lista de Inscrições do Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Rio-Sul - Rio de Janeiro - 2017	29
	Lista de Inscrições do Circuito Loterias Caixa – Fase Regional São Paulo - 2017	55
	Resultados Oficiais - Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Norte-Nordeste em Aracaju - 2018	27
	Resultados Oficiais - Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Centro-Leste em Goiânia - 2018	23
	Resultados Oficiais - Circuito Loterias Caixa – Fase Regional Rio-Sul em Porto Alegre - 2018	31
	Resultados Oficiais - Circuito Loterias Caixa – Fase Regional São Paulo - 2018	57
Federação Aquática Paulista (FAP)	Resultados Oficiais - Troféu Daniel Dias em São Caetano do Sul (SP) - 2017	21
	Resultados Oficiais - Open Paulista de Paranação em Bauru (SP) - 2017	8
	Lista de Inscrições - Troféu Fabiana Sugimori em São Paulo - 2017	13
	Lista de Inscrições - Troféu Daniel Dias em Bauru (SP) - 2018	13
Federação Cearense de Desportos Aquáticos (FCDA)	Resultados Oficiais - IX Meeting Cearense de Paranação em Fortaleza - 2017	24

De acordo com os dados acima, fica evidente a grande quantidade de programas de natação paralímpica concentrados no Estado de São Paulo em relação a outras regiões brasileiras. Por este motivo, o CPB separa uma das etapas regionais, que ocorrem durante o primeiro semestre de cada ano, somente

para este Estado, mantendo os demais Estados brasileiros separados de acordo com suas regiões e proximidades. A etapa regional São Paulo do Circuito Loterias Caixa de Natação (CPB) obteve 55 e 57 entidades inscritas nos anos de 2017 e 2018, respectivamente. A região que obteve um maior número de inscrições após São Paulo foi a etapa regional Rio-Sul, que apresentou 29 instituições participantes no ano de 2017 e 31 no ano subsequente, sendo que esta etapa contava com a participação de cinco Estados (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Outro fator que merece destaque é a baixa adesão das entidades do Estado de São Paulo para as competições oferecidas pela Federação Aquática Paulista. No período de estudo, a competição que mais teve inscrições foi o Troféu Daniel Dias em São Caetano do Sul no ano de 2017, com 21 instituições participantes. Fator este que não se aplica a Federação Cearense de Desportos Aquáticos, que manteve um número de participantes próximo ao evento realizado pelo CPB no ano de 2017.

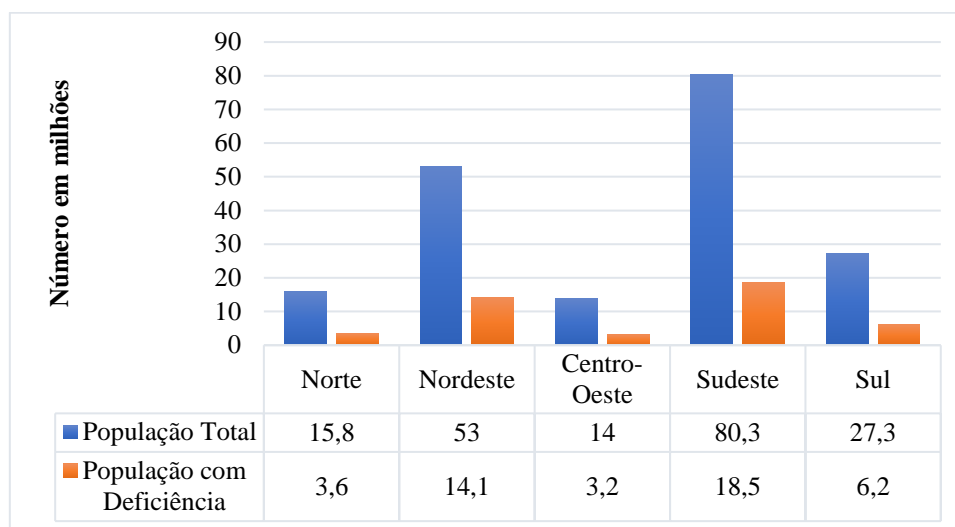
Após a remoção dos dados duplicados e entidades específicas de outras modalidades esportivas paralímpicas, foram encontradas um total de 380 entidades que poderiam oferecer a natação para pessoas com deficiência. A distribuição das instituições dentro das regiões brasileiras é demonstrada na tabela abaixo.

Tabela 1. Distribuição de instituições encontradas por região

Região	Quantidade (%)
Sudeste	179 (47,1)
Sul	94 (24,7)
Nordeste	57 (15,0)
Centro-Oeste	28 (7,4)
Norte	22 (5,8)
Total	380 (100)

Considerando os resultados apresentados referentes às instituições, podemos destacar, mais uma vez, a grande diferença em relação ao oferecimento destas dentro de cada uma das regiões do Brasil. De acordo com a Tabela 1, a região Sudeste concentra 47,1% das instituições brasileiras de pessoas com deficiência encontradas neste estudo. Esta grande concentração pode ser explicada pela distribuição da própria população brasileira, já que o Sudeste se apresenta como a região mais populosa e, portanto, com a maior concentração de pessoas com deficiência. Estes dados podem ser notados na Figura 1 abaixo, que demonstra a distribuição da população dentro das regiões do Brasil (IBGE, 2010).

Figura 1. Distribuição da população brasileira por região



Fonte: adaptado de IBGE (2010)

Dessa forma, pode-se perceber que a região Sudeste concentra uma população de 18,5 milhões de pessoas com deficiência de um total de 45,6 milhões existentes no Brasil todo, ou seja, aproximadamente 40,5% da população com deficiência está presente nesta região. Entretanto, esta relação não se mantém quando nos referimos as demais regiões. A segunda região mais populosa, de acordo com os dados do IBGE (2010) é a região Nordeste, concentrando em torno de 30,9% da população brasileira com deficiência, sendo seguida pela região Sul, com, aproximadamente, 13,6%. No entanto, em relação aos dados das instituições encontradas, essa relação é inversa, sendo a região Sul a segunda a oferecer o maior número de instituições (24,7%), seguida pela região Nordeste (15,0%).

Com isso, demonstra-se que outros fatores podem interferir nas questões de oferecimento de práticas esportivas para as pessoas com deficiência, assim como os números absolutos da população. Entre eles podemos citar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo este um dado utilizado pela ONU para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Segundo Rosa (2011), o IDH pode variar de zero (pior IDH) a um (melhor IDH) e os critérios utilizados para seu cálculo são: grau de escolaridade, ou seja, média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra de habitantes, considerando os recursos financeiros oriundos do exterior; nível de saúde, baseada na expectativa de vida da população, nas condições de saúde e programas desenvolvidos para tal e nos serviços de saneamento ambiental.

Os dados do último Censo mostram que o IDH dentro dos Estados da região Nordeste está entre 0,631 e 0,684, de Alagoas e Rio Grande do Norte, respectivamente. Já na região Sul, o índice fica entre

0,746 (Rio Grande do Sul) e 0,774 (Santa Catarina), mostrando um maior desenvolvimento desta última região em relação ao Nordeste.

As regiões Centro-Oeste e Norte possuem números de população absoluta e população com deficiência bem próximos, mas a primeira apresenta um número maior de instituições para pessoas com deficiência. Analisando o IDH, este é maior na região Centro-Oeste comparado a região Norte, mostrando novamente a relação do índice para o desenvolvimento de iniciativas na área.

Esta desigualdade na oferta de programas esportivos e sua relação com os números da população e IDH também podem ser visualizadas entre os Estados brasileiros. A Figura 2 abaixo mostra o número de instituições encontradas em cada Estado.

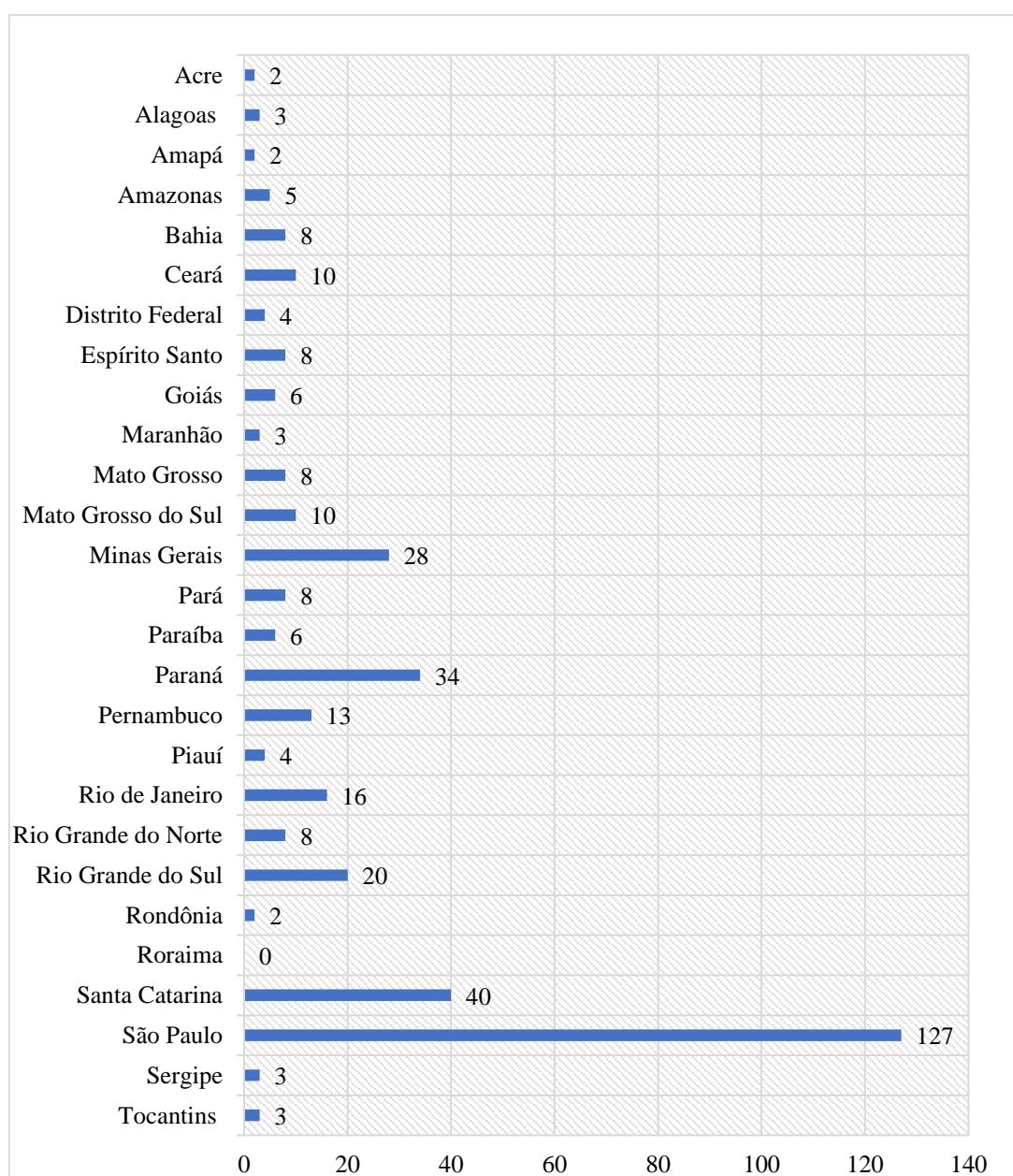


Figura 2. Número de instituições por Estado brasileiro

Novamente, pode-se perceber aqui uma grande diferença no oferecimento de instituições esportivas para pessoas com deficiência, sendo que a maior concentração destas está dentro do Estado de São Paulo, que sozinho possui 33,4% de todas as instituições brasileiras encontradas neste estudo. São Paulo é seguido por Estados da região Sul, como Santa Catarina (10,5%) e Paraná (8,9%). Os menores números são encontrados nos Estados da região Norte, com destaque para Roraima, onde não foi encontrada nenhuma instituição.

O Quadro 3 abaixo mostra a relação entre o número de instituições encontradas e a taxa populacional e IDH de cada um dos Estados brasileiros.

Quadro 3. Caracterização dos Estados quanto a população e IDH

Estado	População Geral (milhões)	População com Deficiência (milhões)	IDH
Acre	0,7	0,1	0,663
Alagoas	3,1	0,8	0,631
Amapá	0,6	0,1	0,708
Amazonas	3,5	0,8	0,674
Bahia	14	3,5	0,660
Ceará	8,4	2,3	0,682
Distrito Federal	2,5	0,6	0,824
Espírito Santo	3,5	0,8	0,740
Goiás	6	1,4	0,735
Maranhão	6,6	1,6	0,639
Mato Grosso	3	0,6	0,725
Mato Grosso do Sul	2,4	0,5	0,729
Minas Gerais	19,6	4,4	0,731
Pará	7,6	1,8	0,646
Paraíba	3,7	1	0,658
Paraná	10,4	2,3	0,749

Pernambuco	8,8	2,4	0,673
Piauí	3,1	0,8	0,646
Rio de Janeiro	16	3,9	0,761
Rio Grande do Norte	3,1	0,9	0,684
Rio Grande do Sul	10,7	2,5	0,746
Rondônia	1,5	0,3	0,690
Roraima	0,4	0,09	0,707
Santa Catarina	6,2	1,3	0,774
São Paulo	41,2	9,3	0,783
Sergipe	2,1	0,5	0,665
Tocantins	1,4	0,3	0,699

Fonte: adaptado de IBGE (2010)

Com base nos dados apresentados acima, podemos perceber quatro situações possíveis. A primeira delas são os Estados que apresentam grande número populacional e alto IDH, sendo estes representados, em sua maioria, pelos Estados das regiões Sudeste e Sul. Estes Estados também apresentam o maior número de instituições encontradas de acordo com a Figura 1, com destaque para São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

A segunda situação refere-se aos Estados da região Centro-Oeste, que apresentam altos IDH, mas uma taxa populacional pequena. Neste caso, o número de instituições encontradas é pequeno. Já a região Nordeste, apresenta alguns Estados com uma população relativamente grande, como é o caso de Bahia, Pernambuco e Ceará, mas um baixo IDH se comparado com as outras regiões citadas anteriormente. A quantidade de instituições encontradas nesta região também foi baixa, com destaque para a Bahia, que apresenta a maior população da região, entretanto apenas oito iniciativas encontradas. O maior número de instituições da região foi encontrado em Pernambuco, sendo este o Estado que apresenta o maior IDH do Nordeste.

Por fim, temos a situação da região Norte, que concentra os Estados com menor taxa populacional do Brasil, baixos IDH e poucas oportunidades para as pessoas com deficiência. Os Estados que oferecem o maior número de instituições são Pará (8) e Amazonas (5), que são aqueles que apresentam maior taxa populacional da região. Vale ressaltar que esta é a única região que apresentou um Estado onde não foram encontradas instituições durante o estudo, sendo este o Estado de Roraima, que também apresenta a menor

taxa populacional do país.

Alguns estudos vêm enfatizando a importância da participação em competições como forma de construção de representações dentro do ambiente esportivo paralímpico. Em uma pesquisa realizada por Bataglioni e Mazo (2019), sobre as representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul, é demonstrado como a participação de quatro alunos com deficiência em uma competição promovida pelo CPB, em 2010, resultou em um crescimento geral do esporte paralímpico na região, tanto em número de atletas como em questões de oferecimento da prática e gestão. Sobre isso, as autoras concluem que a participação nas Paralimpíadas Escolares (CPB) gerou a necessidade de promover outras competições seletivas dentro do Estado, que, por sua vez, motivou associações e clubes a aderirem o esporte paralímpico escolar. Segundo o estudo, atualmente estas instituições representam relevantes fomentadores da iniciação esportiva de estudantes com deficiência nas modalidades paralímpicas (BATAGLIONI e MAZO, 2019). O mesmo pode ser demonstrado pelos dados do presente estudo, onde os Estados que oferecem o maior número de eventos esportivos de paranatação também são aqueles que apresentaram grandes números de programas esportivos existentes na área.

Após as tentativas de contato com as entidades identificadas, obtivemos resposta de 238 delas, sendo que 115 (48,5%) disseram desenvolver programas de natação para pessoas com deficiência e as outras 123 (51,5%) afirmaram não possuir a natação em seu quadro de atividades. Com as 142 instituições restantes não foram obtidas informações devido a dois motivos: (1) Falta de retorno nas tentativas de contato (ligações); e (2) Telefones inexistentes ou não pertencentes mais à instituição. Os dados sobre a oferta de programas de natação para pessoas com deficiência nas diferentes regiões estão representados nas Figuras a seguir.

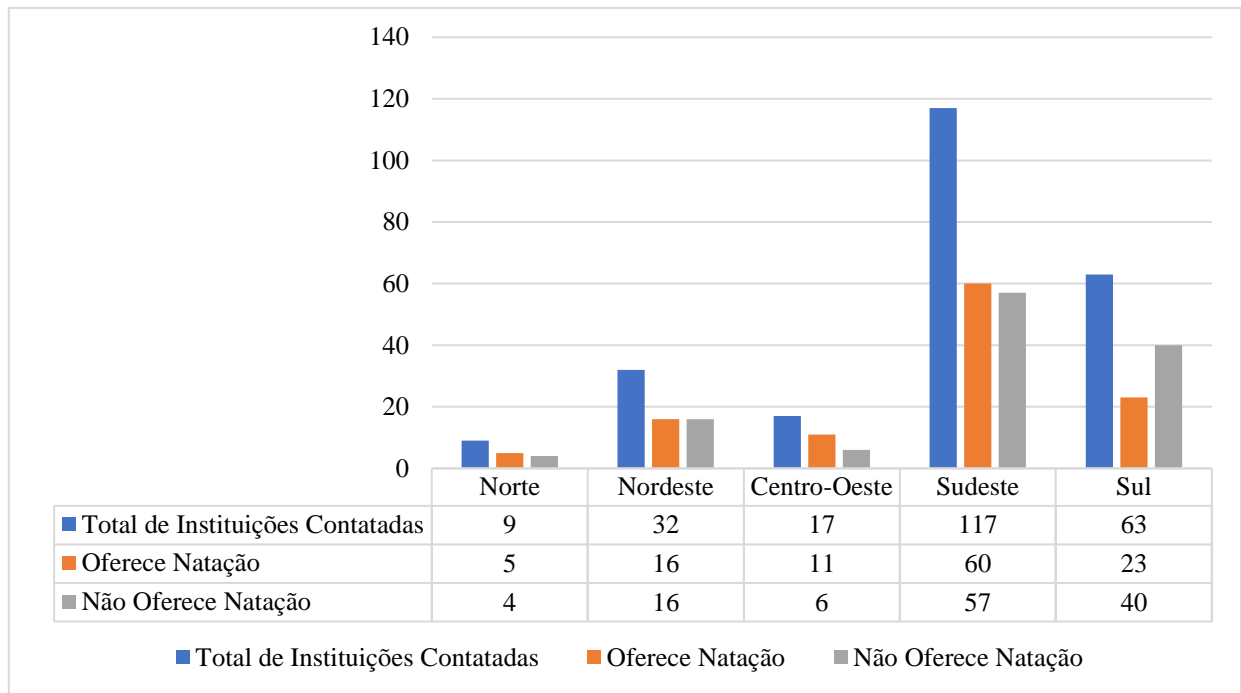


Figura 3. Dados por região do contato com as instituições

A partir da Figura 3 podemos observar que a relação entre o oferecimento de programas de natação para pessoas com deficiência se mantém semelhante ao que encontramos com o total das instituições, durante a primeira fase de levantamento do estudo. A região Sudeste continua apresentando a maioria dos programas, seguida das regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente.

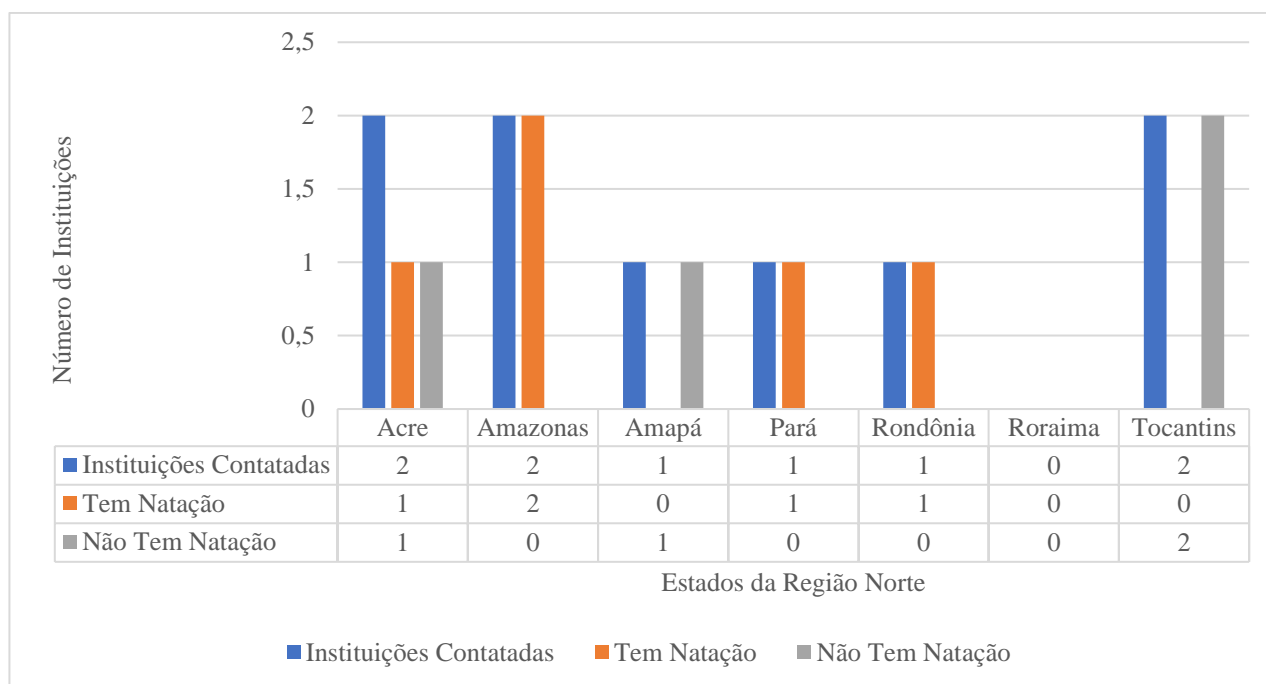


Figura 4. Dados das instituições da região norte

Entre os Estados da região Norte foi encontrado o menor número de instituições gerais e, também, o menor número de programas de natação. Em Roraima não foi encontrada nenhuma instituição durante o estudo. Em Amapá e Tocantins foram encontradas instituições que trabalham com esporte para pessoas com deficiência, mas nenhuma delas oferecem a natação como opção de modalidade esportiva. No Acre foram contactadas apenas duas instituições, sendo que apenas uma delas oferece a natação paralímpica. Já nos demais Estados (Amazonas, Pará e Rondônia) todas as instituições contactadas disseram oferecer a modalidade.

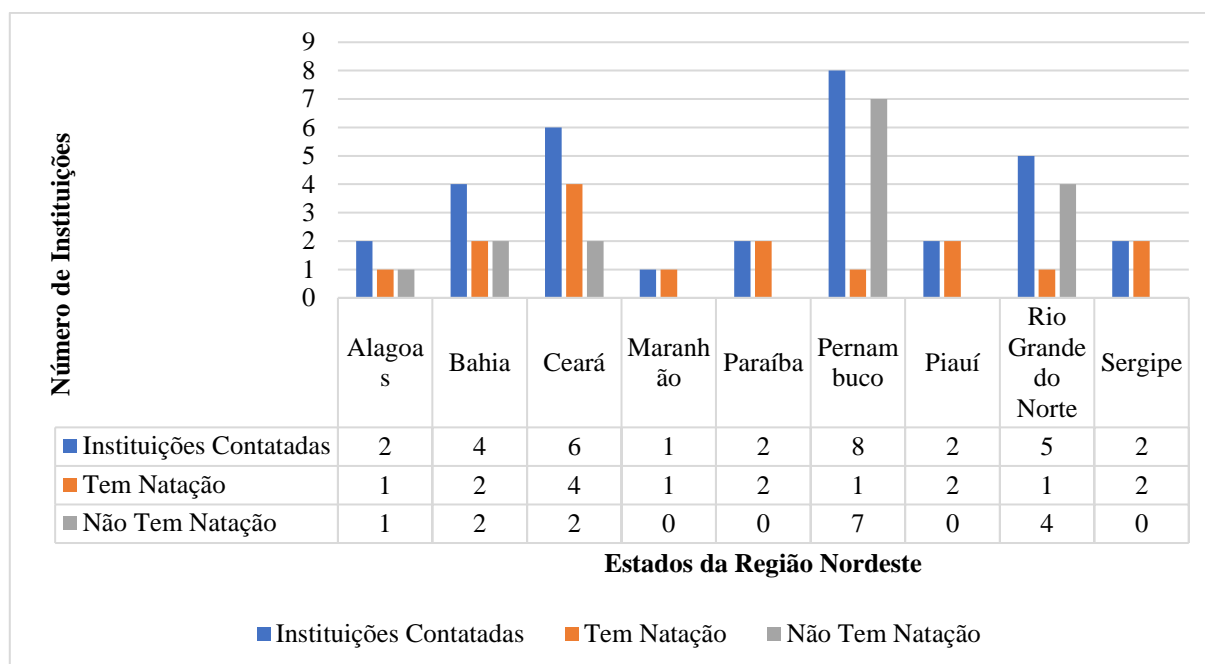


Figura 5. Dados das instituições da região nordeste

A Figura 5 acima nos mostra alguns pontos de destaque dentro da região Nordeste. O primeiro deles diz respeito ao Estado de Pernambuco, onde foram contatadas oito instituições, sendo que destas apenas uma informou trabalhar com a natação paralímpica. A mesma relação negativa pode ser observada no Rio Grande do Norte. O único Estado que apresentou uma relação positiva no oferecimento da modalidade foi o Ceará.

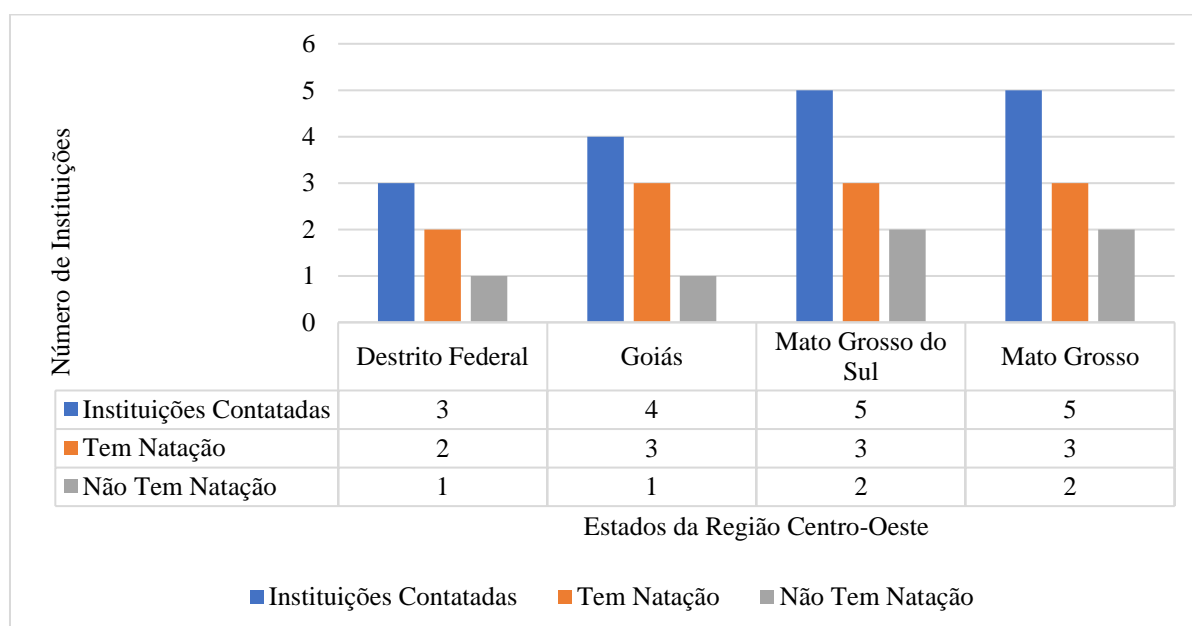


Figura 6. Dados das instituições da região centro-oeste

A região Centro-Oeste teve destaque neste estudo por apresentar uma relação positiva em todos os seus Estados no que diz respeito a natação paralímpica, considerando que a maioria das instituições que responderam a entrevista disseram ter a modalidade do seu quadro de atividades adaptadas. Esse resultado merece ênfase entre os demais, mesmo sendo o Centro-Oeste uma das regiões onde foram encontrados os menores números de instituições gerais.

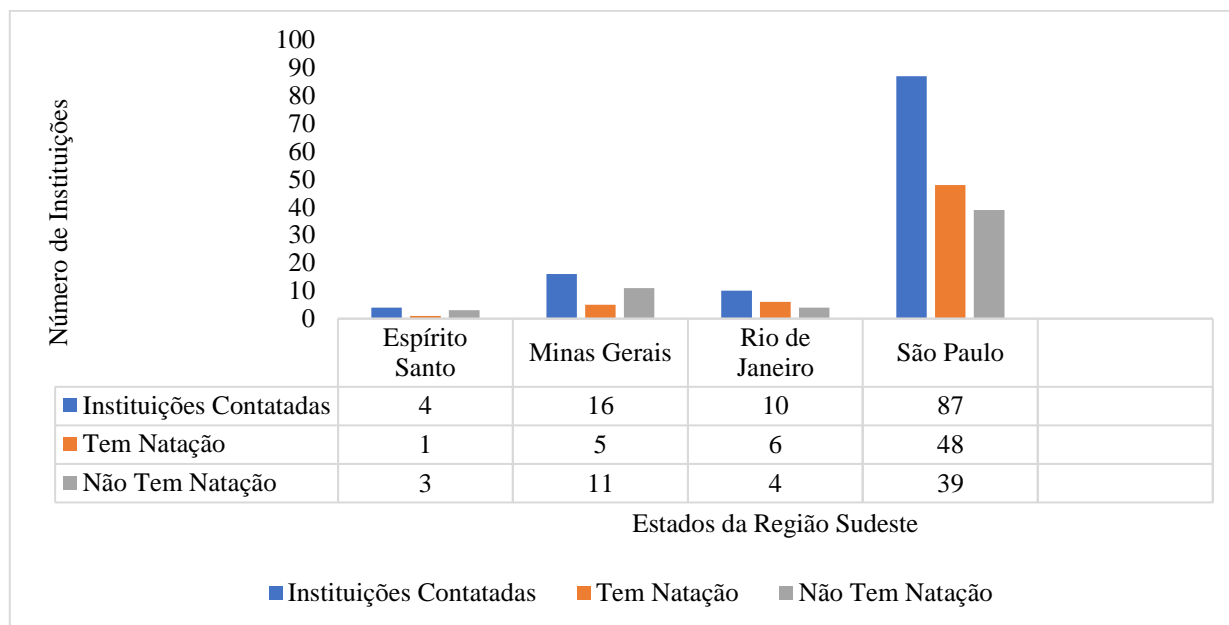


Figura 7. Dados das instituições da região sudeste

Apesar do Sudeste concentrar grande parte das instituições encontradas neste estudo, pode-se perceber, através da Figura acima, que a maioria destes programas se localiza em apenas um Estado: São Paulo. Este apresentou uma relação positiva para o oferecimento da natação para as pessoas com deficiência, assim como o Rio de Janeiro.

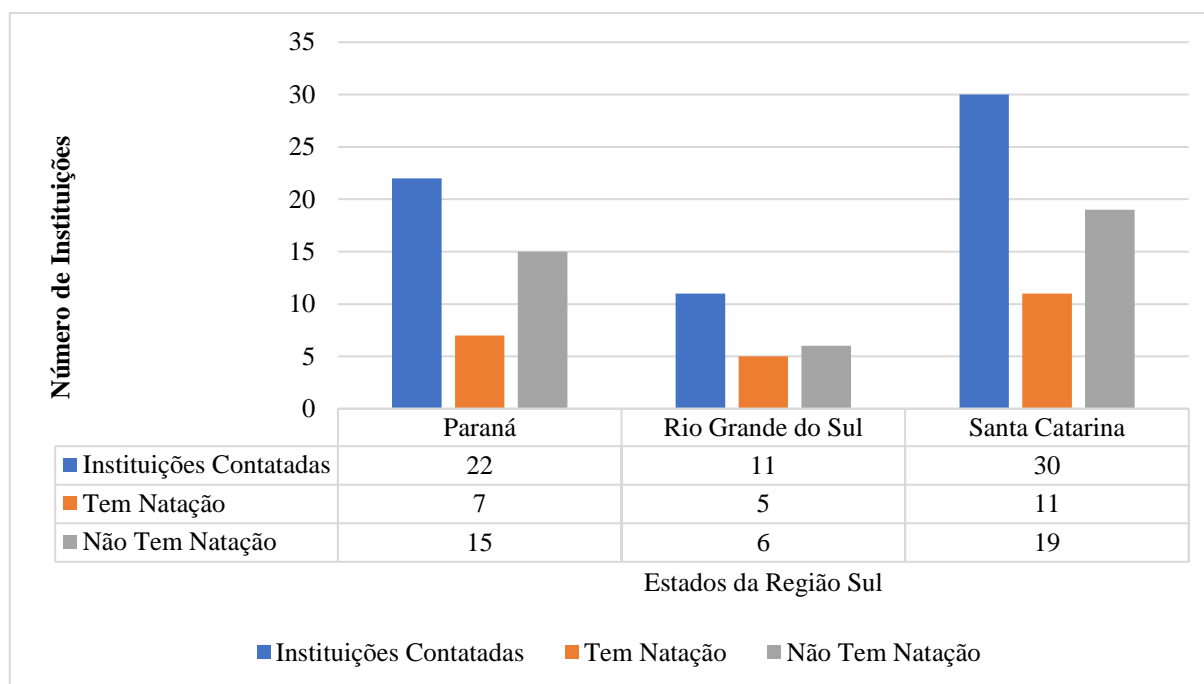


Figura 8. Dados das instituições da região sul

Por fim, mostramos os dados da região Sul do país, a qual apresentou o segundo maior número de instituições encontradas na primeira fase da pesquisa. Entretanto, todos os Estados dessa região apresentaram poucos programas de natação parolímpica.

Os resultados apresentados neste estudo fornecem indícios para uma compreensão mais aprofundada do desenvolvimento da paranatação no Brasil, de forma a enfatizar sua concentração em determinadas regiões e as variáveis que podem influenciar positivamente o desenvolvimento de novas iniciativas. Lembrando que foram selecionados, de forma proposital, os programas voltados para o alto rendimento esportivo, já que um dos fatores citados como diferencial para um maior incentivo e divulgação da prática é o oferecimento de eventos na área.

Apesar de haver um crescimento das possibilidades de prática de natação para as pessoas com deficiência, a presente pesquisa demonstra que este desenvolvimento ainda acontece de forma desigual no país, sendo que a natação ainda não pode ser considerada como uma realidade para grande parte da população com deficiência. Muitos autores já discorreram sobre os benefícios da modalidade para este público específico e aqui podemos citar os mais importantes deles, já que são muitos e englobam todos os tipos de deficiência quando as atividades são bem planejadas e são empregadas com os devidos cuidados. Dentre os benefícios estão: o calor da água favorece o relaxamento dos músculos e anima o indivíduo a continuar explorando a movimentação dentro da mesma (ADAMS et al., 1985); na água, o indivíduo é naturalmente sustentado pela flutuação, fazendo com que este possa apreciar a liberdade de movimentação

sem a ajuda de outras pessoas ou artificialmente por meio de materiais (ASSOCIATION OF SWIMMING THERAPY, 2000); melhora da condição física geral, gerando benefícios motores que contribuem na independência para execução das atividades de vida diária (SILVA; OLIVEIRA; CONCEIÇÃO, 2005); efeitos psicológicos positivos, pelo fato de a água facilitar a execução de várias atividades que em solo não podem ser realizadas (TOLOI, 2011).

Embasado em todos os dados apresentados, podemos enfatizar alguns pontos importantes de discussão. De acordo com a Figura 3, menos da metade das instituições identificadas oferecem a natação para pessoas com deficiência no Brasil, correspondendo a um total de 48,3%. Corroborando com esses dados, no estudo realizado por Vieira (2018), com 62 locais de prática de natação na região de Campinas (SP), a autora constatou que, aproximadamente, 52% dos locais também não atendiam a população com deficiência. Apesar de ser uma pesquisa com características diferentes (contato com locais específicos para a prática de natação e independente do objetivo dessa prática), isso nos mostra, que apesar do crescimento recente, esta não é, ainda, uma modalidade de fácil acesso a toda a população brasileira que possui alguma deficiência.

Outros estudos também trazem a falta de programas específicos para a prática de atividades físicas como uma barreira pela visão das próprias pessoas com deficiência (JAARSMA *et al.*, 2014; SERON; ARRUDA; GREGUOL, 2015; SHIELDS; SYNNOT, 2015; STANISH *et al.*, 2016). Segundo Seron, Arruda e Greguol (2015), a falta de programas esportivos que atendam as pessoas com deficiência foi relatada por 78% dos indivíduos da pesquisa como uma barreira para a iniciação em uma atividade física.

Em relação as regiões brasileiras, a Figura 3 nos mostra que a relação do oferecimento de natação em cada região se mantém a mesma quando olhamos para os dados gerais das instituições encontradas, sendo que a região Sudeste é a que oferece mais oportunidades para a prática da modalidade entre as pessoas com deficiência, totalizando 52,2% das instituições que afirmaram possuir o programa. A região Sudeste é seguida, respectivamente, pelas regiões Sul (20%), Nordeste (13,9%), Centro-Oeste (9,6) e Norte (4,3).

Esta desigualdade no oferecimento de programas na região Sudeste, mais especificamente dentro do Estado de São Paulo, pode ser explicada por alguns fatores. Primeiramente, a região possui um maior índice populacional e, conseqüentemente, de pessoas com deficiência, de acordo com os dados do IBGE apresentados na Figura 1, havendo uma maior necessidade de programas que atendam esta demanda. O segundo ponto diz respeito ao alto nível de desenvolvimento dos Estados da região. Em estudo realizado por Butts *et al.* (2013), os autores descobriram uma relação positiva entre o PIB (Produto Interno Bruto) dos países e os bons resultados em Jogos Paralímpicos. De acordo com os mesmos autores, esta relação

positiva se mantém em relação a taxa populacional e oferecimento de grandes eventos esportivos. No que se refere a participação e realização de competições paralímpicas, a pesquisa de Bataglioni e Mazo (2019) também corrobora com os dados, demonstrando o crescimento do paradesporto escolar no Estado do Rio Grande do Sul após a participação de quatro alunos com deficiência nas Paralimpíadas Escolares em 2010. Vale aqui ressaltar que o Estado de São Paulo realiza o maior número de eventos de natação para pessoas com deficiência no ano, segundo o Quadro 1 apresentado neste estudo.

Outro ponto que merece atenção é o fato de que os Estados onde foram encontrados os maiores números de instituições participantes de eventos esportivos, com exceção de São Paulo, são aqueles que apresentaram a maior parte de instituições que não trabalham com a natação em comparação com aquelas que oferecem essa prática. Este foi o caso dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais, onde mais de 60% das instituições contatadas disseram não possuir a natação para pessoas com deficiência em seu quadro de atividades. O mesmo caso pode ser observado em alguns Estados da região Nordeste, como Pernambuco e Rio Grande do Norte, demonstrando, mais uma vez, a necessidade de uma avaliação mais aprofundada de outros parâmetros que possam contribuir para um melhor entendimento dos dados obtidos.

Já os Estados de São Paulo e Ceará e todos os Estados da região Centro-Oeste apresentaram uma relação positiva, considerando que a maior parcela das instituições contatadas oferecem a natação entre suas atividades. Além disso, dentro da região Norte observam-se dois casos de Estados onde todas as instituições contatadas durante a pesquisa não ofereciam a natação para pessoas com deficiência, sendo eles o Amapá e o Tocantins.

4. Conclusão

Como síntese dos desdobramentos deste estudo dos programas brasileiros de natação para pessoas com deficiência, pôde-se inferir alguns pontos de destaque. O primeiro deles é em relação à quantidade de competições oferecidas para a população com deficiência anualmente. De acordo com o que foi exposto, ainda existem poucos eventos esportivos de natação paralímpica, nos quais a pessoa com deficiência pode participar, principalmente nos casos de alunos iniciantes. Como foi discutido anteriormente, o oferecimento de mais competições na área, com foco em locais onde a modalidade ainda está pouco desenvolvida, pode promover sua ampliação, seja através da divulgação da prática ou mesmo pelo incentivo que proporciona. A falta de oportunidades de atuação causa uma demanda reprimida que pode ser solucionada através de iniciativas público-privadas ou por um planejamento estratégico, a partir da interlocução de entidades promotoras desses eventos, no sentido do aumento da oferta destes e organização de um calendário compartilhado.

Com a finalização da primeira etapa do estudo, percebeu-se uma grande concentração de instituições esportivas para pessoas com deficiência dentro da região Sudeste, totalizando 47% do total de locais pesquisados. Esta diferença pode estar relacionada à alguns fatores, como a distribuição populacional, o IDH de cada região e o incentivo gerado pela realização de competições, sendo que quanto maior o número destes índices, maior é o oferecimento de instituições que trabalham com o esporte paralímpico. Esses dados sugerem a necessidade de incentivos promovidos pelo poder público e órgãos como o CPB e Federações Estaduais, para uma melhor distribuição da oferta de práticas esportivas adaptadas pelo território nacional, fomentando, assim, um processo de inclusão mais abrangente.

A partir dos resultados da segunda etapa da pesquisa, observou-se que menos da metade das instituições encontradas durante a primeira fase oferecem a natação para pessoas com deficiência como parte de suas atividades, mostrando que esta prática ainda não é uma realidade para a população com deficiência de uma forma igualitária em todo país. Ainda pode-se destacar que os Estados das regiões Centro-Oeste e Norte são os que apresentaram os piores índices de oferecimento de natação para as pessoas com deficiência, sendo estes, portanto, os que mais necessitam de investimentos e novos projetos nessa área.

Vale ressaltar que, no caso da natação, que pode ser considerada uma modalidade cara para ser praticada (levando-se em conta, entretanto, a possível existência de piscinas), outros fatores, que não entraram neste estudo, podem contribuir para os resultados apresentados, como, por exemplo, o acesso a uma piscina (pública ou privada) para sua prática. O estudo também foi realizado com uma população pertencente ao alto rendimento esportivo, o que acaba restringindo ainda mais em alguns casos, como a falta de acesso a um estabelecimento com piscina semiolímpica para o treinamento. Talvez, estudos realizados com programas com outros objetivos de prática da modalidade possam trazer resultados diferenciados.

Entretanto, o estudo realizado, além de trazer resultados aplicáveis na área de esportes para a pessoa com deficiência, traz à tona fatores que necessitam ser melhor desenvolvidos dentro do Brasil. O estudo também apresenta uma metodologia que pode ser colocada em prática em diversos setores da gestão do esporte adaptado, incluindo o processo de ampliação do conhecimento sobre as demais modalidades esportivas para as pessoas com deficiência.

Referências

ABRANTES, G. M. Natação. In: MELLO, M. T.; WINCKLER, C. **Esporte Paralímpico**. São Paulo: Atheneu, 2012. p. 15-20.

ANDRADE, A. C.; ALMEIDA, M. A. B. Análise documental das políticas públicas de incentivo as práticas físico-esportivas e de lazer para as pessoas com deficiência no Brasil. **Revista Conexões**,

Campinas, v. 10, n. 3, p. 42-60, 2012.

ARANHA, M. D. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Paralimpíadas Escolares: representações sociais acerca do esporte paralímpico no Rio Grande do Sul. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 353–385, 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/550>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lex: Estatuto da Pessoa com Deficiência**, Brasília, DF, 2015.

BUTS, C. et al. Socioeconomic determinants of success at the summer paralympics. **Journal of Sports Economics**, v. 14, n. 2, p. 133–147, 2013. doi:10.1177/1527002511416511. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1527002511416511>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Modalidades. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/modalidades>> Acesso em: 23 de setembro de 2018.

Federação Aquática Paulista (FAP). História da Paranação. Disponível em: <<https://www.aquaticapaulista.org.br/historia8.php>>. Acesso em: 21 dezembro de 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.

HUTZLER, Y.; HIGGS, C.; LEGG, D. Improving paralympic development programs: athlete and institutional pathways and organizational quality indicators. **Adapted Physical Activity Quarterly**, v.33, n. 4, p. 305–310, 2016. doi:10.1123/APAQ.2016-0111. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311968403_Improving_Paralympic_Development_Programs_Athlete_and_Institutional_Pathways_and_Organizational_Quality_Indicators>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=sobre>> Acesso em: 14 jun. 2016.

JAARSMA, E. A. et al. Barriers to and facilitators of sports participation for people with physical disabilities: a systematic review. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 24, n. 6, p. 871-881, 2014. doi: 10.1111/sms.12218. Epub 2014 Apr 15. PMID: 24730752. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24730752/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

NASCIMENTO, L.; PINEDA, A.; CASTRO, G.; TONELLO, M. Natação para indivíduos com deficiência intelectual: uma revisão integrativa. **Podium Sport, Leisure And Tourism Review**, v.8, n. 1, p.140-150, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/12940>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PANCOTTO, H. P. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 142-171, 2017. <https://doi.org/10.20396/conex.v15i2.8647453>.

PATATAS, J. M.; BOSSCHER, V. DE.; LEGG, D. Understanding parasport: an analysis of the differences between able-bodied and parasport from a sport policy perspective. **International Journal of Sport Policy and Politics**, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/19406940.2017.1359649>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

- PEREIRA, D. A. A. **Avaliação do programa segundo tempo esporte adaptado**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2014. 132p. Disponível em: < <https://locus.ufv.br/handle/123456789/3498>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 1, p. 58-69, 2017. Disponível em: < <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/4706>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- ROSA, R. L. **A política nacional do esporte e sua relação entre o global e o local**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011. 117p. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35000>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- SERON, B. B.; ARRUDA, G. A.; GREGUOL, M. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 3, p. 214-221, 2015.
- SHIELDS, N.; SYNNOT, A. Perceived barriers and facilitators to participation in physical activity for children with disability: a qualitative study. **BMC Pediatrics**, v. 16, p. 1–10, 2015. Disponível em: < <https://doi.org/10.1186/s12887-016-0544-7>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- SILVA, J. V. P. DA; SILVA, D. S.; SAMPAIO, T. M. V. Políticas públicas de esporte em parques e a inclusão de pessoas com deficiência. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, v. 21, n. 4, p. 339-358, 2018. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1944>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- STANISH, H. I. et al. Physical activity enjoyment, perceived barriers, and beliefs among adolescents with and without intellectual disabilities. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 13, n. 1, p. 102-110, 2016. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25830443/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- STORCH, J. A. et al. Educação psicomotora aquática para crianças cegas. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. 1, p. 435–439, 2016. Disponível em: < <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12304>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012. 462p.
- TOLOI, G. G. Atividades aquáticas adaptadas. In: Castro, E. M. **Atividade Física Adaptada**. Ribeirão Preto, SP: Tecmedd, 2011.
- TOP, E. The effect of swimming exercise on motor development level in adolescents with intellectual disabilities. **American Journal of Sports Science and Medicine**, v. 3, n. 5, p. 85-89, 2015. Disponível em: < <http://pubs.sciepub.com/ajssm/3/5/1/index.html>>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- VAŠČÁKOVÁ, T.; KUDLÁČEK, M.; BARRETT, U. Halliwick concept of swimming and its influence on motoric competencies of children with severe disabilities. **European Journal of Adapted Physical Activity**, v. 8, n. 2, p. 44–49, 2015. Disponível em: < [10.5507/euj.2015.008](https://doi.org/10.5507/euj.2015.008)>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- VIEIRA, M. C. A natação para a pessoa com deficiência: oferecimento e envolvimento de programas em Campinas e região. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 199-212, 2018.

Recebido em: 26/04/2021

Aceito em: 20/07/2022

Endereço para correspondência:

Nome: Bruna Bredariol

Email: brunabredariol@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)